

Portaria CAGE 04, de 13 de fevereiro de 2014.

O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º, incisos VIII e XI da Lei Complementar 13.451, de 26 de abril de 2010, e considerando o disposto no artigo 150 da Constituição Estadual, nos artigos 52 e 53 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 3º do Decreto 47.812, de 28 de janeiro de 2011, e no art. 15, parágrafo único da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º - Divulgar o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado relativo ao exercício de 2013, de acordo com a Portaria 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional, com informações realizadas e registradas no Sistema de Administração Financeira do Estado – AFE pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ PAULO FREITAS PINTO,
Contador e Auditor-Geral do Estado.
CPF – 303.175.920-68
CRC/RS – 35.762

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2013 A DEZ/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (1) (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.064.122.650,44	3.831.940,12
Pessoal Ativo	11.215.264.260,63	3.831.940,11
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.693.147.537,09	0,01
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)	155.710.852,72	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.419.370.368,78	2.263.989,86
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	654.847.612,40	1.595.303,45
Despesas de Exercícios Anteriores	724.371.316,09	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1) (2)	10.183.352.109,62	-
Demais Exclusões (1)	1.856.799.330,67	668.686,41 668.686,41
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.644.752.281,66	1.567.950,26
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		13.646.320.231,92
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		26.387.876.167,82
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		51,71%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 60.00%		15.832.725.700,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57.00%		15.041.089.415,66
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 44.10%		14.249.453.130,62

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Notas:

- 1 A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.
- 2 A partir de 2012, as despesas com inativos e pensionistas empenhadas pelo regime de previdência, que eram contabilizadas no grupo 3, voltaram a ser contabilizadas no grupo 1. Essa alteração ocasionou uma dupla contagem nas despesas brutas com Pessoal Inativo e Pensionistas. A eliminação dessa duplicidade ocorre por meio do item Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados constante na parte de Despesas Não Computadas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN/2013 A DEZ/2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 + 1.2 + 1.3 - 1.4)	10.568.517.078,38	8.179.516.166,89	2.389.000.911,49
1.1 - Administração Direta	10.109.242.942,41	8.173.284.193,04	1.935.958.749,37
1.2 - Autarquias	450.966.966,30	77.105.426,20	373.861.540,10
1.3 - Fundações	87.580.528,96	8.399.906,94	79.180.622,02
1.4 - Transferências Intragovernamentais	79.273.359,29	79.273.359,29	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	4.678.290,79	-	4.678.290,79
2.1 - Assembléia Legislativa	2.939.261,20	-	2.939.261,20
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	1.739.029,59	-	1.739.029,59
3 - PODER JUDICIÁRIO	651.730.775,82	225.280.111,37	426.450.664,45
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	20.394.783,49	74.923,10	20.319.860,39
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	11.245.320.928,48	8.404.871.201,36	2.840.449.727,12
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 + 5.2 + 5.3 + 5.4 - 5.5)	1.427.264.031,56	10.853.095.604,56	(9.425.831.573,00)
5.1 - Administração Direta	924.538.072,70	10.290.083.170,33	(9.365.545.097,63)
5.2 - Autarquias	594.794.538,51	121.731.928,21	473.062.610,30
5.3 - Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS	88.118.874,89	693.156.081,96	(605.037.207,07)
5.4 - Fundações	156.778.018,12	85.089.896,72	71.688.121,40
5.5 - Deduções para fins de Consolidação do Poder Executivo:	336.965.472,66	336.965.472,66	-
- Transferências Intragovernamentais	116.890.408,86	116.890.408,86	-
- Contribuições ao IPE-SAÚDE	47.496.183,53	47.496.183,53	-
- Contribuições ao RPPS	33.041.006,53	33.041.006,53	-
- Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura - CDO	82.771.362,46	82.771.362,46	-
- IRRF/CPS a Recolher	48.592.901,63	48.592.901,63	-
- Consignações sobre Folha de Pagamento	8.173.609,65	8.173.609,65	-
6 - PODER LEGISLATIVO (6.1 + 6.2)	90.282.467,89	12.231.189,98	78.051.277,91
6.1 - Assembléia Legislativa	71.871.647,58	9.328.252,86	62.543.394,72
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	18.410.820,31	2.902.937,12	15.507.883,19
7 - PODER JUDICIÁRIO	36.827.434,24	29.951.290,08	6.876.144,16
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	83.294.269,73	20.416.995,14	62.877.274,59
9 - DEDUÇÕES PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO (9.1 + 9.2 + 9.3)	1.361.095,68	1.361.095,68	-
9.1 - Contribuições ao IPE-SAÚDE devidas pelos demais Poderes	813.847,42	813.847,42	-
9.2 - Contribuições ao RPPS devidas pelos demais Poderes	62.384,74	62.384,74	-
9.3 - IRRF e Contribuição Previdenciária Suplementar devidos pelos demais Poderes	484.863,52	484.863,52	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8 - 9)	1.636.307.107,74	10.914.333.984,08	(9.278.026.876,34)
TOTAL (III) = (I + II)	12.881.628.036,22	19.319.205.185,44	(6.437.577.149,22)

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Nota: As Obrigações Financeiras não incluem os saldos de empenho do exercício não-liquidados inscritos nas contas de Restos a Pagar

Não Processados os quais são demonstrados no Anexo VI.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2013 A DEZ/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1 - PODER EXECUTIVO (1.1 - 1.2)	127.206.223,82	424.802.075,31	249.557.395,81	314.620.725,37	2.389.000.911,49	-
1.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	127.501.745,03	424.802.075,31	249.557.395,81	314.620.725,37	2.389.000.911,49	-
1.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	295.521,21	-	-	-	-	-
2 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	-	-	-	384.371,56	4.678.290,79	-
2.1 - Assembléia Legislativa	-	-	-	384.371,56	2.939.261,20	-
2.2 - Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	-	1.739.029,59	-
3 - PODER JUDICIÁRIO	1.788,83	3.421.159,18	200.476.960,40	113.123.685,69	426.450.664,45	-
4 - MINISTÉRIO PÚBLICO	7.420,28	-	67.502,82	130.620,00	20.319.860,39	-
RECURSOS NO ATIVO VINCULADO (I) = (1 + 2 + 3 + 4)	127.215.432,93	428.223.234,49	450.101.859,03	428.259.402,62	2.840.449.727,12	-
5 - PODER EXECUTIVO (5.1 - 5.2)	57.823.108,43	290.602.084,50	45.075.996,01	116.328.967,89	(9.425.831.573,00)	101.519.245,64
5.1 - Administração Direta, Autarquias e Fundações	74.951.870,92	342.702.758,59	47.115.137,95	116.545.740,73	(9.425.831.573,00)	101.519.245,64
5.2 - Contribuições patronais ao IPE-SAÚDE e RPPS	17.128.762,49	52.100.674,09	2.039.141,94	216.772,84	-	-
6 - PODER LEGISLATIVO (2.1 + 2.2)	418.126,47	5.061.214,53	1.798.848,14	16.670.313,72	78.051.277,91	-
6.1 - Assembléia Legislativa	20.131,94	3.353.258,99	1.632.991,02	11.954.413,43	62.543.394,72	-
6.2 - Tribunal de Contas do Estado	397.994,53	1.707.955,54	165.857,12	4.715.900,29	15.507.883,19	-
7 - PODER JUDICIÁRIO	36.912,00	6.092.248,56	811.204,64	214.686,21	6.876.144,16	-
8 - MINISTÉRIO PÚBLICO	328.382,78	1.430.412,55	12.084.434,72	56.898.344,54	62.877.274,59	-
RECURSOS NO ATIVO DISPONÍVEL (II) = (5 + 6 + 7 + 8)	58.606.529,68	303.185.960,14	59.770.483,51	190.112.312,36	(9.278.026.876,34)	101.519.245,64
TOTAL (III) = (I + II)	185.821.962,61	731.409.194,63	509.872.342,54	618.371.714,98	(6.437.577.149,22)	101.519.245,64

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JAN A DEZ/2013

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	13.646.320.231,92	51,71%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.832.725.700,69	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.041.089.415,66	57,00%
DÍVIDA		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	55.040.941.433,82	208,58%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	52.775.752.335,64	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	163.985.575,64	0,62%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.805.332.756,92	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	502.971.816,63	1,91%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	4.222.060.186,85	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.847.151.331,75	7,00%
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	618.371.714,98	(6.437.577.149,22)

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema FPE

Luiz Paulo Freitas Pinto
 Contador e Auditor-Geral do Estado
 CPF 303.175.920-68
 CRC/RS 35.762